



SECRETARIA DE GESTÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 3/2017. Pregão Eletrônico nº 1/2017. Processo: 05110.005943/2016-71; Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2017; Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme especificado no Edital e seus Anexos; Órgão Gerenciador: Central de Compras do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, CNPJ nº 00.489.828/0051-14; Detentor da Ata: Voetur Turismo e Representações Ltda.- CNPJ 01.017.250/0001-05; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura; Data de Assinatura: 04/05/2017. Preços registrados:

Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada	Preço Unitário de Agência-mento (R\$)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)
1 Emissão de bilhetes de passagem - voos domésticos	29.235	1,14	33.327,90
2 Emissão de bilhetes de passagem - voos internacionais	25.087	6,63	166.326,81
3 Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem - voos domésticos e voos internacionais	17.021	4,31	73.360,51

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

EXTRATOS DE CONCESSÃO DE USO

Processo nº: 04988.006287/2010-56

Cedente: União;

Concessionário: Maria Vilane da Silva Rodrigues, CPF 360.362.343-68;

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, Gratuita, do imóvel, constituído de 166,47m², situado à Rua Seis, 69, Cristo Redentor, Fortaleza/CE;

Finalidade: regularização fundiária;

Fundamento legal: Portaria SPU/CE nº 4, de 13 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 61, de 29 de março de 2017, seção 1, página 49 e Art. 18, inciso II, § 1º e Art. 40 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967;

Assinatura do contrato de CDRU-Gratuita em 06/04/2017, no Livro nº 021, às folhas 057 e 058, da SPU/CE.

Fortaleza/CE, 26 de abril de 2017.

Processo nº: 04988.200494/2015-18

Cedente: União;

Concessionário: Maria Iza Ferreira Pessoa, CPF 188.224.443-53 e seu cônjuge Francisco de Paulo Pessoa, CPF 298.417.553-00;

Objeto: Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), do imóvel, constituído de 84,05 m², situado à Rua Marcílio Dias, 1305, Nossa Senhora das Graças, Fortaleza/CE;

Finalidade: regularização fundiária;

Fundamento legal: Portaria SPU/CE nº 1, de 13 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 61, de 29 de março de 2017, seção 1, página 48 e Art. 22-A da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 1º do Medida Provisória 2.220, de 4 de setembro de 2001; Assinatura do contrato de CUEM em 06/04/2017, no Livro nº 021, às folhas 059 e 060, da SPU/CE.

Fortaleza/CE, 26 de abril de 2017

Processo nº: 04988.200496/2015-07

Cedente: União;

Concessionário: Nilcéia Menezes da Silva, CPF 118.742.953-87;

Objeto: Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), do imóvel, constituído de 18,25 m², situado à Rua Marcílio Dias, 1296, Nossa Senhora das Graças, Fortaleza/CE;

Finalidade: regularização fundiária;

Fundamento legal: Portaria SPU/CE nº 2, de 13 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 61, de 29 de março de 2017, seção 1, página 48 e Art. 22-A da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 1º do Medida Provisória 2.220, de 4 de setembro de 2001; Assinatura do contrato de CUEM em 06/04/2017, no Livro nº 021, às folhas 061 e 062, da SPU/CE.

Processo nº: 04988.002842/2008-56

Autorizante: União;

Autorizatório: Joana Viane Mendes Oliveira, CPF 187.302.993-49 e seu cônjuge Gladstone Silva de Oliveira, CPF 187.682.963-04;

Objeto: Termo de Autorização de Uso (TAU), do imóvel, constituído de 196,91 m², situado à Av. Presidente Castelo Branco, 2914, Cristo Redentor, Fortaleza/CE;

Finalidade: regularização fundiária;

Fundamento legal: Portaria SPU/CE nº 14, de 23 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 230, de 2 de dezembro de 2015, seção 1, página 68 e Art. 9º da Medida Provisória nº 2.220, de 04 de setembro de 2001;

Assinatura do contrato de TAU em 06/04/2017, no Livro nº 021, às folhas 053 e 054, da SPU/CE.

Processo nº: 04988.005207/2013-98

Cedente: União;

Concessionário: Marilene Oliveira do Nascimento, CPF 463.887.883-00 e seu cônjuge José Osmar do Nascimento, CPF 316.944.033-00;

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, Gratuita, do imóvel, constituído de 106,74 m², situado à Rua Alves de Lima, 551, Cristo Redentor, Fortaleza/CE;

Finalidade: regularização fundiária;

Fundamento legal: Portaria SPU/CE nº 3, de 13 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 61, de 29 de março de 2017, seção 1, página 49 e Art. 18, inciso II, § 1º e Art. 40 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c Art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967;

Assinatura do contrato de CDRU-Gratuita em 06/04/2017, no Livro nº 021, às folhas 055 e 056, da SPU/CE.

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

EXTRATOS DE PERMISSÃO DE USO

Processo nº: 04947.003.068/2016-97;

Espécie: TERMO nº 15, de 04/05/2017;

Permissionário: MITRA - PAROQUIA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO- CNPJ : 27.054.162/0081-43

Evento: MISSA AO AR LIVRE DE PENTECOSTES.- no dia 04/06/2017;

Local: Praia da Costa em frente a Imobiliária Canal, Vila Velha/ES, com área de 225 m²

Modalidade: ONEROSO;

Processo nº: 04947.000.825/2017-51

Espécie: TERMO nº 14, de 17/04/2017;

Permissionário: FEDERAÇÃO DE SKIMBOARD DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CNPJ: 21.481.795/0001-77

Evento: COPA VILA VELHA DE SKIMBOARD 2017, período de 29 Á 30/04/2017 - Praia da Barra do Jucu- Vila Velha/ES, numa faixa de 50m²

Local: Praia barra do Jucu, na Faixa de 50m²

Modalidade: Oneroso;

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Dispensa de Licitação, publicado no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, Seção 3, folha 108, onde se lê: Fundamento Legal, com fulcro no art. 17, inciso I, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, leia-se: Fundamento Legal, com fulcro no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE OUTORGA

Espécie: Termo de Outorga de Inscrição de Ocupação.

RIP do Imóvel: 6001.012079-09

Nº Processo: 04967.201035/2015-91

Endereço do Imóvel: Praia do Jequiá, nº 220, Aptº 101, Ribeira - Ilha do Governador/ RJ.

Objeto: Imóvel Urbano, Terreno de Marinha, com área total de 351,75m² Área da União: 75,00m²

Utilização: Residencial

Outorgante: União Federal Outorgado: Romero Silverio da Silva

Data da lavratura : 06 de janeiro de 2016.

Fundamentação legal: Artigo 3º da Lei nº 13.139 de 26/06/2015, que alterou o Artigo 9º, item 1º da Lei nº 9.636/98, no percentual de 2%, conforme determina o Art. 27 da Lei nº 13.240 de 30/12/2015 que alterou o Art. 1º do DL. 2.398/87.

Espécie: Termo de Outorga de Inscrição de Ocupação.

RIP do Imóvel: 6001.0125795-14

Nº Processo: 04967.201035/2015-91

Endereço do Imóvel: Praia do Jequiá, nº 220, Aptº 102 Ribeira - Ilha do Governador/RJ.

Objeto: Imóvel Urbano, Terreno de Marinha, com área total de 351,75m² Área da União: 75,00m²

Utilização: Residencial

Outorgante: União Federal Outorgado: Romero Silverio da Silva

Data da lavratura : 06 de janeiro de 2016.

Espécie: Termo de Outorga de Inscrição de Ocupação.

RIP do Imóvel: 6001.0126080-42

Nº Processo: 04967.201035/2015-91

Endereço do Imóvel: Praia do Jequiá, nº 220, Aptº 103, Ribeira - Ilha do Governador/RJ.

Objeto: Imóvel Urbano, Terreno de Marinha, com área total de 351,75m² Área da União: 75,00m²

Utilização: Residencial

Outorgante: União Federal Outorgado: Romero Silverio da Silva

Data da lavratura : 06 de janeiro de 2016.

Espécie: Termo de Outorga de Inscrição de Ocupação.

RIP do Imóvel: 6001.0126081-23

Nº Processo: 04967.201035/2015-91

Endereço do Imóvel: Praia do Jequiá, nº 220, Aptº 104 Ribeira - Ilha do Governador/RJ.

Objeto: Imóvel Urbano, Terreno de Marinha, com área total de 351,75m² Área da União: 75,00m²

Utilização: Residencial

Outorgante: União Federal Outorgado: Romero Silverio da Silva

Data da lavratura : 06 de janeiro de 2016.

Ministério do Trabalho

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 264001

Número do Contrato: 11/2016. Nº Processo: 264001622/2015-03. PREGÃO SISPP Nº 18/2016. Contratante: FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO,-DE SEGURANCA E MEDICI. CNPJ Contratado: 01406617000174. Contratado : AGENCIA DE INTEGRA-CAO EMPRESA -ESCOLA LTDA - ME. Objeto: Prorogação da vigência do contrato de prestação de serviços de agente de integração. Fundamento Legal: Leis 8666/93, 10520/02 e 11788/08; Decreto 5450/07; OS/SRH/MPOG 7/08. Vigência: 01/07/2017 a 30/06/2018. Valor Total: R\$20.933,52. Fonte: 100000000 - 2017NE800087. Data de Assinatura: 18/04/2017.

(SICON - 09/05/2017) 264001-26201-2017NE800053

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2017 - UASG 400060

Nº Processo: 46200002328201681. PREGÃO SRP Nº 4/2017. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO -.CNPJ Contratado: 10664637000136. Contratado : BRANDAO & SILVA LTDA - ME -.Objeto: Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado da SRTE no município de Cruzeiro do Sul/AC. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, . Vigência: 08/05/2017 a 08/05/2018. Valor Total: R\$13.779,62. Fonte: 176038204 - 2017NE800121. Data de Assinatura: 08/05/2017.

(SICON - 09/05/2017)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO ESPÍRITO SANTO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 3, DE 9 DE MAIO DE 2017

O Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo da SRT/ES, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação via postal, vem NOTIFICAR as empresas abaixo relacionadas da decisão que julgou procedente o auto de infração, bem como a efetuar o pagamento das multas nos valores mencionados, impostas por infração à legislação trabalhista. As multas poderão ser pagas com REDUÇÃO de 50% prevista no parágrafo 6º do artigo 636 da CLT, na rede bancária, através de DARF, que pode ser emitido pela internet por meio do site <http://cpmr.mte.gov.br/DARF/EmissaoDARF.aspx>, no prazo de 10 dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação deste Edital, nos termos do artigo 23, inciso III, da Portaria nº 854/2015. No mesmo prazo, caberá a interposição de recurso, para a instância administrativa superior. Não serão conhecidos os recursos que não atendam aos requisitos de admissibilidade (tempestividade, legitimidade e representação), nos termos do parágrafo único do art. 37 da Portaria 854/2015. O não recolhimento da multa implicará no encaminhamento dos autos para inscrição no CADIN/Dívida Ativa da União e posterior cobrança executiva judicial.